

Diário Notícias

13-03-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 56361

Temática: Justiça

Dimensão: 889

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2

Juízes processam 14 ministros do PS por suspeita de gastos ilegais

Polémica. Associação de juizes vai enviar para Ministério Público documentos que podem indiciar crimes de peculato ou de abuso de confiança

A documentação na posse da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, e que será enviada à Procuradoria-Geral da República para que sejam apuradas as responsabilidades criminais e civis, contém alegados indícios de que membros do Governo de José Sócrates terão

pago despesas pessoais com dinheiros públicos. Em causa, segundo os juizes, está a utilização de "cartões de crédito e telefones de uso pessoal pagos pelo Orçamento do Estado sem regulamentação e enquadramento legal ou violando o enquadramento legal". **ATUAL** PÁG. 2

Maioria dos antigos membros do Executivo de José Sócrates sob suspeita



Augusto Santos Silva
Ministro da Defesa Nacional

Queixa no tribunal administrativo
(Não respondeu aos juízes)



José Sócrates
Primeiro-Ministro



Pedro Silva Pereira
Ministro da Presidência



Luís Amado
Ministro de Estado e dos Neg. Estrangeiros



Teixeira dos Santos
Ministro de Estado e das Finanças



Rui Pereira
Ministro da Adminis. Interna



Alberto Martins
Ministro da Justiça



Dulce Pássaro
Ministra do Ambiente e do Ord. do Território



Vieira da Silva
Ministro da Economia



António Mendonça
Ministro das Obras Públicas, Transp. e Comunicações



Helena André
Ministra do Trabalho e da Solid. Social



Ana Jorge
Ministra da Saúde



António Serrano
Ministro da Agricultura, do Des. Rural e das Pescas



Isabel Alcáda
Ministra da Educação



Mariano Gago
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



Gabriela Canavilhas
Ministra da Cultura



Jorge Lácio
Ministro dos Assuntos Parlamentares

Não vão ser processados
(Responderam na íntegra às dúvidas dos juízes)

Vão ser alvo de queixa no Ministério Público
(Respostas incompletas levantaram dúvidas)

5 PERGUNTAS A...

"O MP que faça o seu trabalho"



ANTÓNIO MARTINS
Presidente da ASJP

Não deveria esclarecer a quem, realmente, a ASJP se refere no comunicado, caso contrário levantam-se suspeitas sobre todos os ministros, secretários de Estado, chefes de gabinete, etc., do Governo de Sócrates?
Há um tempo a esta parte que tínhamos um conjunto de informação que estava para ser decidida. Como havia interesse público, nomeadamente por parte da comunicação social, achámos que em função do cumprimento do dever de informação tínhamos de transmitir uma posição final sobre esse tema. Agora, da nossa parte, não procuramos uma exposição pública.

No comunicado fala-se em dois ministérios que cumpriram integralmente aquilo que lhes foi pedido...

Os dois que transmitiram informação integral foram o Ministério da Justiça e o Ministério da Agricultura.

Quem não deu qualquer resposta foi o Ministério da Defesa Nacional. Portanto, há uma queixa contra o ministro da Defesa. Referem-se a Aguiar-Branco? Porquê?

Em função do acórdão, que é já do tempo deste Executivo, teria de ser o Ministério da Defesa do atual Governo a responder porque o outro ministério já não está em funções.

Porque pediram somente a documentação relativa ao Governo de Sócrates?

Porque estava em curso a discussão do Orçamento 2011 e respetivos cortes. Achámos que era necessário ter esses documentos para a negociação que estava a decorrer. Para nós era perfeitamente natural que nos tivessem entregado os documentos. Não o fizeram. O assunto deixou de ser exclusivamente um assunto do interesse socioprofissional dos juízes para ser do interesse público e que é o que está na lei. As leis são para se cumprir.

O que espera deste processo?
Os juízes esperam que o Ministério Público faça o seu trabalho e cumpra as suas obrigações legais estatutárias. L.B.

Ministério Público vai investigar ex-ministros

Queixa. Associação de juízes enviou para investigação documentos com indícios de que muitos dos membros do anterior Governo terão pago despesas pessoais com dinheiros públicos

LICÍNIO LIMA e LÍLIA BERNARDES

Vários membros do último Governo socialista estão em risco de responder em tribunal pela prática de crimes de peculato ou de abuso de confiança.

A suspeita de que terão pago despesas pessoais com dinheiro do Orçamento do Estado foi suscitada pela Associação Sindical de Juizes Portugueses (ASJP) que anunciou ontem ter enviado ao Ministério Público (MP) um conjunto de documentos referentes a despesas de representação, uso de telefone e de cartões de crédito atribuídos a ministros, secretários de Estado e a chefes de gabinete do último executivo de José Sócrates. Só o Ministério da Defesa não

apresentou documentação sobre aquele tipo de despesas, que havia sido ordenada pelos tribunais, mas a associação solicitou ao Tribunal Administrativo que notificasse o atual ministro de forma a cumprir a decisão judicial.

"Os documentos e informações que nos chegaram levantam-nos sérias reservas sobre a legalidade dos procedimentos adotados no que respeita ao uso de cartões de crédito, despesas de representação e uso de telefone pessoal", disse ao DN António Martins, presidente da ASJP. (ver entrevista).

Este caso remonta a outubro de 2010 quando o Executivo de José Sócrates, que seria demitido em abril de 2011, preparava o Orçamento para o ano seguinte com cortes salariais e de subsídios para toda a função pública. Os magis-

trados judiciais solicitaram então a todos os ministérios, ao abrigo da Lei 46/2007, que prevê o acesso de todos os cidadãos aos documentos administrativos, "cópias das resoluções e atos normativos que autorizavam e regulamentavam o uso de cartões de crédito e telefones de uso pessoal". Afinal, "era preciso apurar se os critérios do Orçamento do Estado eram iguais para todos, incluindo os políticos", disse ao DN fonte próxima da ASJP.

Mas os políticos do anterior Governo não reponderam ao pedido. Perante esta contrariedade, os juízes levaram o caso para tribunal, e só depois de cinco acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Central Administrativo Sul a dar-lhes razão, é que os ministérios reponderam. Mas, nem todos. O da Defesa vai ser in-

timado a responder, e integralmente só o fizeram os da Justiça e o da Agricultura.

Ana Jorge, ex-ministra da Saúde, em declarações ao DN, diz que todas as suas despesas estão registadas e considera lamentável que uma associação de juizes venha agora suscitar esta questão. A ex-ministra da Cultura Gabriela Canavilhas afirma que se recusa "a alimentar esta perseguição que está montada contra José Sócrates e os seus governos". Para Augusto Santos Silva, ex-ministro da Defesa, a ASJP "não tem qualquer credibilidade", sublinhando que se vai limitar "a esperar que o Ministério Público prossiga as investigações". António Serrano, ex-ministro da Agricultura, diz estar de "consciência tranquila". Os juízes que "façam o que quiserem".

CONFRONTO

HOSTILIDADES

» Em 2005, o então primeiro-ministro José Sócrates acusa os magistrados de gozarem mais tempo de férias do que os restantes portugueses e desenterra um machado de guerra contra o poder judicial.

ORÇAMENTO

» Em outubro de 2010, perante os cortes salariais à função pública, os juízes pediram documentos aos ministérios para saber se os governantes também cortaram nas despesas de representação e em cartões de crédito.

TRIBUNAIS

» Perante o silêncio dos ministérios, os juízes avançaram para os tribunais para os obrigar a responder.

RESPOSTA

» Em fevereiro de 2012, após várias decisões judiciais e cinco acórdãos, o Supremo Tribunal de Justiça dá razão aos juízes e obriga os ministérios a mostrar os documentos.

QUEIXA

» Em março 2012, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses envia ao Ministério Público os documentos com indícios de que membros do último Governo do PS terão cometido crimes de peculato e/ou de abuso de confiança.